

CAPÍTULO DE ABERTURA - PARA UMA CARTOGRAFIA DO EXÍLIO DURANTE O ESTADO NOVO (PORTUGAL): 1962-1974

Carlos Guardado da Silva

Luís Gonçalo Rodrigues

Introdução

A partir da questão de investigação - *Como elaborar uma cartografia do exílio a partir da correspondência trocada entre Manuel Alfredo Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa entre 1962 e 1974?* – é objetivo do presente estudo contribuir para a elaboração de uma cartografia do exílio durante o Estado Novo, sobretudo dos oposicionistas socialistas. A partir da identificação e análise de 357 cartas, trocadas entre estes dois membros fundadores da Acção Socialista Portuguesa (ASP), em 1964, um “partido”, que não podendo constituir-se como tal, adotou uma designação diferente, até à sua formalização como partido, em 1973, no exterior do país, na Alemanha.

Antes, porém, de modo a contextualizar os autores da escrita, bem como as suas circunstâncias, parafraseando aqui Ortega e Gasset, efetua-se uma caracterização breve do Estado Novo, iniciado em 1933, na sequência de uma ditadura militar instaurada em Portugal pelo Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, que se prolongaria até à Revolução de Abril de 1974, que ficaria conhecida por Revolução dos Cravos, graças ao gesto de Maria Celeste Caeiro (1933-05.02-) de distribuir cravos aos militares que levavam a cabo o golpe militar para pôr fim ao regime ditatorial.

Este é um estudo de natureza qualitativa, que assenta nos métodos da Investigação documental (SILVA, 2021) para a uma breve revisão narrativa da literatura, não sistemática, sobre o contexto, bem como para a pesquisa, identificação e análise do conjunto documental constituído por 357 de 358 cartas¹ (ca. 350 p. em word). Depois recorre-se ao método da Cartografia cultural (STEWART & SUE, 2007; CABEÇA, 2018) para representar os lugares de exílio, quer dos autores da escrita, oposicionistas ao Estado Novo, quer de outros indivíduos mencionados na correspondência, que nos permite mapear parte dos lugares de resistência (SEEMANN, 2010), sobretudo da resistência socialista, durante a ditadura estado-novista, muitas vezes designados nas missivas de ditadura fascista. Também aqui, é relevante a literatura científica sobre cartografia cultural de modo a perceber como estão entrelaçados os conceitos

de cartografia, espaço e cultura e como a política oposicionista clandestina durante o Estado Novo e suas redes de comunicação entre militantes escaparam às amarras ditatoriais de um Portugal influenciado pelas políticas fascizantes inspiradas na Itália de Benito Mussolini e na Espanha de Francisco Franco. Defende-se a compreensão de que a cultura – e neste caso concreto, a política – altera o espaço e cria a sua própria dinâmica na produção histórica e geográfica (SEEMANN, 2001), através da ação humana produtora de símbolos, significados e identidades (HALL, 1997), num exercício de liberdade e de poder (FOUCAULT, 1984) onde o espaço é praticado (CERTEAU, 1984) e a sociedade se reproduz (STAVRIDES, 2021). A cartografia enquanto método que abraça a possibilidade de mapear a resistência, sendo ela própria uma forma de resistência (SEEMANN, 2010) e contra-mapeamento (SEEMANN, 2010) em relação aos mapas estabelecidos como representações oficiais de uma determinada visão do mundo em certo momento. Mapear, cartografar e representar são formas de poder (HARLEY, 2002), que têm em si a capacidade de inventar mundos (HARLEY, 1990).

O estudo das cartas trocadas entre Tito de Morais e Ramos da Costa, tendo como foco a sua vertente espacial – isto é, os locais em que escreviam e recebiam cartas, e os países que visitavam e registavam nas missivas – pretende dar resposta à pergunta inicial que serviu de mote para o desenvolvimento deste estudo. Desde a recolha de dados acerca dos lugares de escrita ao número de cartas enviadas por missivista em cada ano e no total e aos mapas construídos como representações dos dados analisados, o mapeamento feito contribui para uma cartografia que vai ao encontro de uma nova perspetiva de estudo relacionada com a Acção Socialista Portuguesa – mais tarde transformada em Partido Socialista –, que faz 60 anos desde a sua fundação (1964) neste ano de 2024.

1. Metodologia

Este é um estudo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa, que assenta no método de Investigação documental (SILVA, 2021) para a revisão da literatura sobre o Estado Novo, bem como para a pesquisa e a análise das cartas. Este método é, por sua vez, complementado pelo método da Cartografia cultural para a identificação e representação dos lugares de exílio da comunidade de socialistas na oposição ao Estado Novo.

Efetua-se uma revisão narrativa da literatura, não sistemática, visando a aquisição e atualização de conhecimento sobre um determinado tema num curto período de tempo de modo a descrevê-lo em termos teóricos e/ou conceituais (VILELAS, 2020, p. 100). É, porém, “uma

revisão qualitativa que fornece sínteses narrativas, compreensivas, de informação publicada anteriormente” (VILELAS, 2020, p. 100).

Tendo em vista mapear os lugares de exílio, quer dos missivistas, incluindo referências a viagens, quer a indivíduos no exílio mencionados no volume da correspondência, foram identificados lugares de exílio de elementos da resistência ao Estado Novo, dando-se destaque àqueles que se encontravam fora do país. Deste modo, efetuaram-se levantamentos cartográficos visando mapear esses lugares de exílio de resistentes ao Estado Novo a partir dos contributos teóricos da cartografia cultural.

Cartografia Cultural é um processo de recolha, registo, análise e síntese de informação com o objetivo de descrever os recursos culturais, as redes, as ligações e os padrões de uso de uma comunidade ou grupo”, constituindo-se enquanto método científico. *Cultural mapping*, isto é, cartografia cultural é “um processo de recolha, registo, análise e síntese de informações com vista a descrever os recursos culturais, as redes, as ligações e os padrões de utilização de uma determinada comunidade ou grupo” (STEWART & SUE, 2007, p. 8).

Faz-se uso dos estudos da cartografia para mapear os lugares de exílio, onde se organizava a resistência ao regime ditatorial a partir do exterior do país e a sua relação com o espaço geográfico. A cartografia ajuda-nos a representar o espaço, permitindo cruzar uma análise visual com a interpretação do investigador sobre os seus significados (SOUZA; BLANCO & BRASIL, 2020). Assim, a cartografia é indispensável para “representar a espacialidade das práticas socioculturais e socioambientais da sociedade contemporânea (COSTA & LIMA, 2012), permitindo-nos representar a dimensão internacional da resistência socialista ao Estado Novo e, simultaneamente, compreender os apoios recebidos de cada país na formalização do Partido Socialista, que acabaria por se fundar na cidade de Bad Münstereifel, na Alemanha, em 19 de abril de 1973.

Deste modo, usa-se a cartografia como método para representar e comunicar os fenómenos no espaço geográfico, aceitando que “é o reconhecimento dos elementos culturais de um território que lhe confere identidade” (CABEÇA, 2018, p. 3). Ao representar graficamente um fenómeno, o mapa “é uma construção social do mundo expressa por meio da cartografia” (SOUZA; BLANCO & BRASIL, 2020, p. 26), neste caso de práticas políticas, que são também práticas sociais e culturais, que relacionam homens, ideias, valores e acontecimentos localizados nos seus lugares (físicos, sociais e culturais) (CABEÇA, 2018) no tempo.

2. Cartografia Cultural: o espaço e a cultura

A Cartografia não só inventa o espaço, como o cria, a partir da interpretação que dele faz (FIALHO, 2006). Ora, o espaço é “fundamental em qualquer forma de vida comunitária” (FOUCAULT, 1984, p. 252). Para além disso, é através do espaço que o exercício do poder (FOUCAULT, 1984, p. 252) assegura a assimetria entre a classe dominante e a classe dominada (GRAMSCI, 2010, p. 87). É nesta interseção de elementos móveis (CERTEAU, 1984, p. 117) que o espaço serve de palco para a produção da História e da Geografia, pois são essas ações humanas que constituem a prática espaço-cultural que a Cartografia pretende estudar (SEEMANN, 2001, p. 61-62). Os seres humanos, escreveu Sauer (1925, p. 325), “fazem parte dele, vivem com ele, são limitados por ele e modificam-no”. Ou seja, “o espaço é um lugar de prática” (CERTEAU, 1984, p. 117), da mesma forma que, para Foucault, “a liberdade é uma prática” (1984, p. 245), embora o mesmo reconheça que “isto não quer dizer que o exercício da liberdade seja completamente indiferente à distribuição espacial” (FOUCAULT, 1984, p. 247). Se esta lógica, defendida neste estudo, for seguida, é possível concordar com Stavrides (2021) quando escreve, de forma crítica, que “a cidade deve ser controlada e moldada pelas relações de poder dominantes para continuar a ser um meio crucial para a reprodução da sociedade” num contexto de perpetuação do modo de vida capitalista, onde o espaço e a produção de capital coadunam e fluem no mesmo sentido. Daí “as formas de ordenamento espaciotemporal que são concebidas para serem compatíveis umas com as outras” (STAVRIDES, 2021, p. 61), para serem colocadas em prática, sendo passível de ser feito, deste modo, aquilo a que Hall chamou de “mapa concetual da cultura” (HALL, 1997, p. 32). Este, longe de ser um mapa estático no tempo e no espaço, sofre mutações de acordo com as alterações culturais, que também a prática espacial humana influencia (SEEMANN, 2001; CERTEAU, 1984). Essa prática, embora baseada em histórias, não deixa de ter como elemento comum o espaço:

Cada história é uma história de viagem - uma prática espacial. Por esta razão, as práticas espaciais dizem respeito às tácticas quotidianas, fazem parte delas, desde o alfabeto de indicação espacial [...], o início de uma história cujo conteúdo é escrito por passos, até às ‘notícias’ diárias [...] aos noticiários televisivos [...] às lendas (CERTEAU, 1984, p. 115-116).

É no entrelaçar destas histórias – lembrando sempre que o seu pano de fundo é o espaço em si – que reside a construção de significados e símbolos por parte dos indivíduos integrantes de um coletivo societal. Daí Sauer (1925) ter definido o “conhecimento geográfico” – entenda-se, a Geografia e a Cartografia – como “a expressão mais precisa do conhecimento geográfico [que] se encontra no mapa, um símbolo imemorial” (SAUER, 1925, p. 317). Claro que a

utilização dos conceitos “símbolo” e “significado” não é feita de forma ingênua ou indiscriminada. Pois basta associar a estes conceitos outro que está patente neste estudo – “cultural” – para ser perceptível o ponto de conexão entre o espaço, a geografia, a cartografia e a cultura. Williams (1998) tinha a cultura em consideração como um “estado ou processo de perfeição humana” (WILLIAMS, 1998, p. 48). Na sua vertente social, o mesmo autor definia a cultura como “um modo particular de vida, que exprime certos significados e valores não só na arte e na aprendizagem, mas também nas instituições e no comportamento comum” (WILLIAMS, 1998, p. 48). No entanto, dada a proliferação do termo “cultural” e o seu respetivo uso generalizado enquanto adjetivo para tudo (Bennet, 2005), urge saber se “cartografia cultural” não é mais um desses casos sintomáticos da simplificação de um conceito deveras complexo:

No entanto, existe agora também uma gama alargada de utilizações relacionadas com formas de discriminação que operam tanto no interior das nações como nas relações entre elas. A cultura gay, a cultura lésbica, a cultura negra, as culturas étnicas, as culturas diaspóricas e as culturas transnacionais são exemplos disso. (BENNET, 2005, p. 64).

De acordo com os argumentos que já foram avançados neste estudo – com base nos escritos de Sauer (1925), Williams (1998) e Seemann (2001; 2010), relacionando-os –, a resposta parece direta: se os humanos produzem a sua História e a sua Geografia (SEEMANN, 2001, p. 61) e são, de certo modo, o verdadeiro objeto do estudo geográfico (SEEMANN, 2001), ao mesmo tempo que constroem significados através do seu modo de vida (WILLIAMS, 1998), podemos entender a Cartografia Cultural como uma prática de crítica social baseada (SEEMANN, 2010, p. 7) na construção de mapas que pretendem simbolizar a produção cultural do ser humano (SAUER, 1925, p. 343), reconhecendo-se que cultura é tudo quanto está relacionado com o ser humano.

Posto isto, é necessário definir “cartografia cultural” enquanto conceito operativo neste estudo. A proposta que Edney (2019) faz ao tentar relacionar Cartografia e civilização – “A cartografia é um elemento fundamental da sociedade e da cultura humanas. A cartografia parece ser um elemento coetâneo da civilização” (EDNEY, 2019, p. 1) – oferece-nos a possibilidade de interligar estes dois conceitos que, juntos, como argumenta Cabeça (2018), podem criar “uma narrativa sobre a identidade de um lugar” [...] “práticas sociais, tradições, histórias, saberes, valores” (CABEÇA, 2018, p. 1). Porém, importa ter em consideração que a construção de mapas não constitui um discurso neutro acerca do mundo representado (ARCILA GARRIDO & LÓPEZ SANCHEZ, 2011, p. 19), visto que todo o conhecimento tem como base

uma relação – de simetria ou assimetria – com o poder: “O conhecimento que as pessoas adquirem, produzem e partilham está repleto ou é afetado pelo poder, e o poder não é neutro, porque implica um desequilíbrio e um interesse” (JOHNSON, 2016, p. 29). Harley (2002) afirma, dentro desta linha de raciocínio, que “a cartografia também pode ser uma forma de conhecimento e de poder” (HARLEY, 2002, p. 54), visto que o mapa é “uma imagem socialmente constituída” (HARLEY, 1990, p. 6), o que sugere que “os objetos que existem juntos na paisagem existem em inter-relação” (SAUER, 1925, p. 321):

A paisagem cultural é formada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, e a paisagem cultural é o resultado. Sob a influência de uma determinada cultura, ela própria em mutação ao longo do tempo, a paisagem sofre um desenvolvimento [...] (SAUER, 1925, p. 343).

Duxbury *et al.* (2015) defendem, neste sentido, que a produção e o desenvolvimento de mapas “inclui decisões sobre o que incluir e o que um mapa procura comunicar, e os mapas estão assim imbuídos dos valores e julgamentos dos criadores (subjectivos) dos mapas” (p. 14). Isto para justificar que nem os agentes da mudança cultural de um determinado espaço, nem os produtores de mapas são elementos isentos no processo de transformação de uma área geográfica e na sua respetiva representação. Também Almeida *et al.* (2011) escrevem que é por causa desse “contínuo movimento de fazer-se que os territórios, as paisagens, os lugares e as suas representações são constantemente rasurados, reinterpretados e reescritos” (ALMEIDA *et al.*, 2011, p. 26) pela própria dinâmica socioespacial, onde espaço e indivíduos se transformam mutuamente (ACSELRAD & COLI, 2008, p. 38). Nessa paisagem cultural, onde todas as atividades humanas relacionadas com a produção cultural vêm ao de cima – ainda que seja esse mesmo espaço que limita essas produções (ARCILA GARRIDO & LÓPEZ SANCHEZ, 2020, p. 19) –, são inventados também mundos (HARLEY, 1990) pela força criadora da cultura (SAUER, 1925), uma vez que “a cartografia, como vemos, nunca é apenas o desenho de mapas: é a criação de mundos” (HARLEY, 1990, p. 16).

Nesta sequência, surge uma questão: será que é possível quebrar as barreiras geográficas impostas, por exemplo, por uma força de cariz ditatorial e securitária que limite, à partida, a liberdade de circulação e expressão?

Se o ser humano produz símbolos e atividades culturais que resultam na criação de novas paisagens culturais, sempre tendo em mente que é “arbitrário tentar dissociar a prática efetiva da liberdade pelas pessoas, a prática das relações sociais e as distribuições espaciais em que se encontram” (FOUCAULT, 1984, p. 246), o argumento que sustenta a hipótese de forjar

paisagens através da disseminação de símbolos parece plausível. Este estudo avança a hipótese de que é possível conceber paisagens por via da troca de cartas entre membros de um movimento político sob o signo de uma ideologia comum com o objetivo de quebrar as barreiras geográficas impostas por uma Lei ditatorial:

Eles baseavam-se nas cartas [...] como um meio de colapsar o tempo e o espaço para continuar o trabalho de organização política através da nação e para além das suas fronteiras. A linguagem familiar, emocional e muitas vezes sentimental da sua correspondência refletia o seu alistamento nas convenções e nos tropos (Símbolos/argumentos) das cartas familiares. [...] As suas cartas ajudaram a criar laços de simpatia fraterna para um empreendimento político comum. (FREEMAN, 2018, p. 173).

Utilizando a cartografia enquanto método que aceita o seu papel de contra-mapeamento como uma forma de resistência (SEEMAN, 2010, p. 10), o mapeamento de cartas pode demonstrar e representar teias criadas por movimentos oposicionistas que criaram o seu próprio espaço (SEEMANN, 2010) contra regimes autoritários. Ao estudar o exemplo das cartas trocadas entre Manuel Alfredo Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa, é passível de ser analisado o contexto geográfico que estabeleceu uma rede clandestina de comunicação que alterou, à sua maneira, a imagem simbólica de um território que estava sob o controlo da lei ditatorial do Estado Novo. A própria origem e existência destas cartas – assente num suporte tão frágil como aquele em que assenta a Epistolografia, o papel (RODRIGUES & FERREIRA, 1999, p. 11) – não fazem delas somente artefactos – “as cartas são artefactos bem como textos. São peças de evidência que revelam como o ato de escrever moldou a consciência política das pessoas comuns” (FREEMAN, 2018, p. 5) –, mas a sua pertinência, do ponto de vista da organização, é particularmente valiosa para esta análise.

3. Para uma cartografia do exílio durante o Estado Novo (Portugal): 1962-1974

Como caraterizar o Estado Novo, isto é, a ditadura instalada em Portugal entre 1933 e 1974, recorrendo à palavra e à poesia como forma de resistência? Neste período, também “a cantiga é uma arma”.² Erguiam-se “muros em volta” há meio século, e os caminhos eram fechados.³ A crise pintava-se nos rostos tristes do povo com vidas rodeadas de sinais proibidos. A título de exemplo, era proibido usar biquíni, era proibido uma mulher descobrir a cabeça na igreja... era proibido ir de minissaia para o liceu, era proibido beber coca-cola, era proibido ler certos livros, era proibido ouvir certos discos, era proibido casar com uma professora, era proibido ajuntamentos de mais de três pessoas... Era “proibido proibir” (SANTOS, 2007, p.

183)! A guerra tombava os corpos e o soldado não voltava do Ultramar. Oprimia-se o gesto e a palavra, e o verbo “cortar”, e os lápis, todos, azuis e vermelhos, morriam de cansados da Censura. E os homens eram presos e os espíritos torturados e as ideias perseguidas. Emigrava-se para o mundo e para a vida e para a liberdade. Um homem e outro homem e outro homem ainda deixavam a terra natal “no fundo da memória perturbada”,⁴ porque um parte e outro parte e “todos se vão”⁵ (MOUTINHO, 1999, p. 80), e permanecem “os campos de solidão”⁶ (MOUTINHO, 1999, p. 80). Era o tempo do tempo, que “triste vai Pedro soldado”⁷ (MOUTINHO, 1999, p. 74) [para a Guerra do Ultramar], que o “meu desejo é passaporte / para a fronteira fechada”⁸ e “a cidade” tinha “ruas de palavras desertas”⁹ (MOUTINHO, 1999 p. 111)!

Era a crise da economia e dos preços, a crise dos salários grandes amargos, a crise da crise do peso pesado do Passado. Era o tempo em que se viam, ouviam e liam relatórios de fome, se restringia o consumo da gasolina, e a miséria não existia porque era proibido ser-se pobre... e “o que falta contar não se pode”¹⁰ (MOUTINHO, 1999, p. 104).

E eram um, alguns, muitos, tantos os descontentes “quando nunca a noite foi dormida”¹¹ (LETRIA, 1999, p. 120), “dias que foram longos e noites que não contei”¹² (LETRIA, 1999, p. 153) porque “a morte saiu à rua”¹³ (LETRIA, 1999, p. 113). “Era sempre a mesma melodia / Salazar e a sua democracia”¹⁴ (LETRIA, 1999, p. 163). E era Noite, mas noite calada!

Era preciso acertar o relógio com o resto do mundo, era preciso “segredar a palavra e a senha”¹⁵ (LETRIA, 1999, p. 160). Era preciso eliminar os muros em volta e dentro dos Nós, era preciso dizer Não, e houve uma força (porque há sempre uma força!) que saiu à rua. E com um gesto de protesto *para cada gesto censurado*, uma cantiga respondia do silêncio das bocas que eram armas.... porque às vezes, muitas vezes, cantando, chega-se bem depressa ao fundo do Futuro! E o poema era pedra e alarme!

E em Portugal inteiro pedia-se Política e **Desenvolvimento** - da cidade, da terra, da indústria -, e outros caminhos... e que não voltasse nada de choque... e não havia oposição. E também, em todas as Manhãs de Abril nas escolas, alunos e professores ousavam opor-se ao regime, e distribuíam panfletos que chamavam propaganda política, desafiando interrogatórios de agentes da Polícia Política. E as Artes, sempre indisciplinadas, promoviam a cultura e a política das coletividades, reacionárias. E ninguém podia calar a voz do sino triste! Porque há sempre uma candeia, há sempre alguém que diz Não! Ventos que *semeavam a revolta e a Liberdade*. E havia o silêncio do povo descontente, do soldado que resiste! *Porque tudo começa onde começa...* “e a ideia se fez força e canto e espada / e trigo semeado e gesto que semeia”¹⁶

...um país por achar deste país. E eram todos descontentes e os homens eram descontentes e os soldados eram homens descontentes e O Movimento das Forças Armadas [MFA] lançava as sementes da Revolução iniciada na noite de 24 de Abril. Sementes de dias que foram anos, e de anos que foram séculos. “E depois do Adeus”¹⁷ (MOUTINHO, 1999, p. 209), pelas 22h55, e da contrasenha *Grândola, Vila Morena*,¹⁸ pelas 00h20, em cada rosto, *Liberdade*, ouvia-se o barulho ensurdecedor das botas dos soldados na noite silenciosa. Na mesma noite, a Junta de Salvação Nacional e António de Spínola apresentaram-se. Na mesma noite, iniciava-se a queda do regime! Porque havia o povo, o espírito de luta, a vontade de Liberdade, o sonho de realização de um País...E foi longa a madrugada dos soldados, dos intelectuais e dos que semeavam vidas nas charruas.

Na manhã de 25, a Revolução anunciava-se no Carmo e no Rossio, em Lisboa. Uma multidão celebrava Abril, a **Democracia**, a **Descolonização**, o **Desenvolvimento (3Ds)** que viriam.... A Liberdade, com cravos de um vermelho que outrora não existia. Marcelo Caetano caía e o regime rendia-se e o Presidente do Conselho já não era o presidente e já não havia o Conselho. A Rádio anunciava a Revolução ao país, porque “é preciso avisar toda a gente”¹⁹ (LETRIA, 1999, p. 160), e as palavras voltaram à rua. Pelas 19h, a Televisão retomou a emissão e na noite mais branca das noites de Abril, um comício no Largo da Graça, em Lisboa, ainda com receios do Futuro. Na manhã seguinte, nas avenidas Salazar e nas praças do Império (que muitas havia pelo país), o povo saiu à rua, e gritava MFA! MFA! MFA! [Movimento das Forças Armadas], e dizia que sim, sim, sempre que sim, que apoiava.

As Comissões Concelhias da CDE [Comissão Democrática Eleitoral], força unitária da oposição saída das eleições de 1973, que maioritariamente unia grande oposição local liderada pelo PCP [Partido Comunista Português], reuniu-se a Abril. A Comissão Democrática Eleitoral dera origem ao Movimento Democrático Português – Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE). Às reuniões vieram muitos, vieram todos e mais cinco! Iniciava-se a transferência dos poderes concelhios para as forças democráticas, e uma comissão administrativa preparava a transferência.

Votaram-se *Manifestos ao povo dos concelhos*, onde se registaram os problemas do povo a nível local, e eram a eletrificação, a distribuição de água canalizada, a abertura de caminhos e estradas nas aldeias, nas quintas e nos casais, e os planos de urbanização não cumpridos, e a acumulação de riquezas pela valorização artificial de terrenos e a poluição dos rios.

Questionavam-se agora os executivos eleitos em 15 de novembro de 1971, que legitimamente tinham adquirido poderes. Legitimidade agora questionada, mas legitimidade

reforçada! As Câmaras Municipais aderiram ao programa da Junta de Salvação Nacional. E havia oposição e havia gente que estava contra e havia alguém que dizia Não! E era de novo a vontade do povo... e o povo aplaudia com salvas de palmas. E de novo a Câmara Municipal reunia, porque havia uma nova comissão com nova vontade do povo, que a elegera em plenário.

Abril fez do 1.º de Maio feriado nacional, e o 1.º de Maio consagraria popularmente o 25 de Abril, em todas as vilas e cidades, em todo o País como internacionalmente, que o povo de novo saiu à rua para construir um país de Novo, um Portugal do povo, que eram urgentes as respostas, que o peso do passado e da semente, e a espera dos anos tornou tudo mais urgente²⁰ e porque somos “filhos da Madrugada” “à procura da manhã clara”.²¹

E ouvia-se alto, cada vez mais alto, a canção, porque a canção pode cantar manhãs floridas! E o canto e o país fundiram-se, e os portugueses procuravam o país fazendo o sol da manhã nunca encontrada, porque haveria de chegar a “seara madura de Junho”²² (MOUTINHO, 1999, p. 236). Porque haveria de cumprir-se o país, Portugal a tua vontade!

Era nestas amarras ditatoriais que Manuel Alfredo Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa encontravam no seu país. A censura política que se fazia sentir em território nacional fez com que houvesse necessidade de lutar a partir do exterior do país para que, apesar de tudo, fosse criada uma rede de resistência às forças salazaristas que acorrentavam Portugal. É no sentido de estudar estas redes de comunicação e ação política que este estudo se foca na correspondência trocada entre estes dois camaradas nos anos de 1962 a 1974 que, antes de socialistas, eram democratas “antifascistas”.

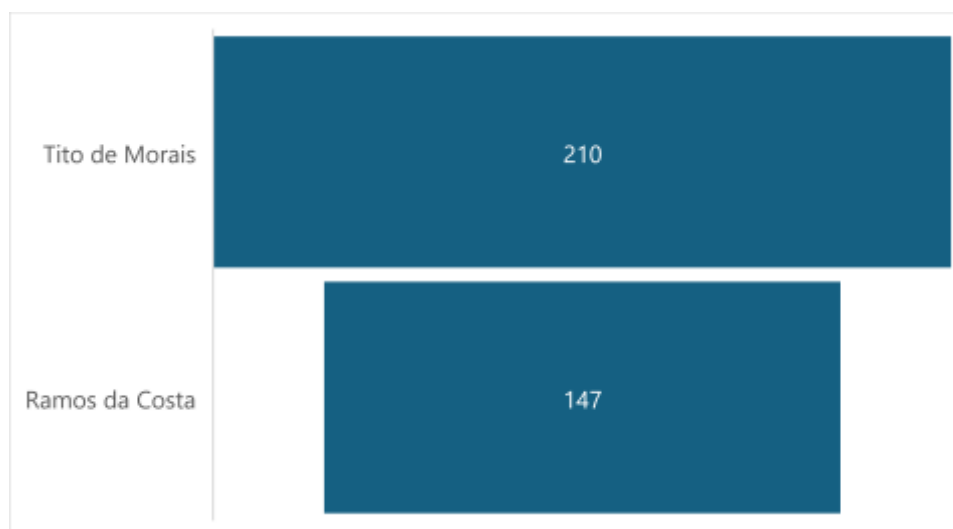
No ano de 1962, Tito de Morais tem a sua morada em Alger (Argélia) e é a partir desse endereço que as primeiras cartas aqui estudadas são enviadas para Ramos da Costa, sediado em França, de forma regular, até 1974. E é logo nesse ano de 1962, em particular no dia 8 de junho, que é possível encontrar numa missiva de Tito de Morais a primeira semente de um Partido Socialista português que estivesse à altura de combater a ditadura portuguesa:

A luta para o derrubamento do fascismo em Portugal tem de assentar num órgão político e de ser travada dentro de um espírito de unidade de todas as correntes políticas. Ora esta unidade far-se-á mais facilmente em torno dum partido socialista – mesmo Marxista-Leninista – do que em torno do PC [Partido Comunista], como tem acontecido até aqui (Morais, Argel, 8 de junho de 1962).

É com esta intenção em mente que toda a luta colocada em prática fora de Portugal se desenrola entre múltiplas fronteiras.

De 1962 a 1974, Tito de Morais e Ramos da Costa trocaram 357 cartas entre si a partir de diferentes regiões do globo. Tito de Morais, motivado pela sua própria vontade de organizar – tanto em termos de estrutura partidária, como de pensamento político – esta rede clandestina, escreveu 210 cartas para o seu camarada, Ramos da Costa. Este, porventura exercendo um papel que podemos considerar mais “de terreno” ou até por vezes diplomático tendo em conta os contactos que fazia, nomeadamente com os partidos sociais-democratas nórdicos, com o *Labour* (Partido Trabalhista Inglês) e com o Partido Socialista Francês, escreveu um total de 147 cartas, tendo sempre como elemento comum a sua base de trabalhos, Paris (França).

Figura 1. Número total de cartas escritas por cada missivista (1962-1974)



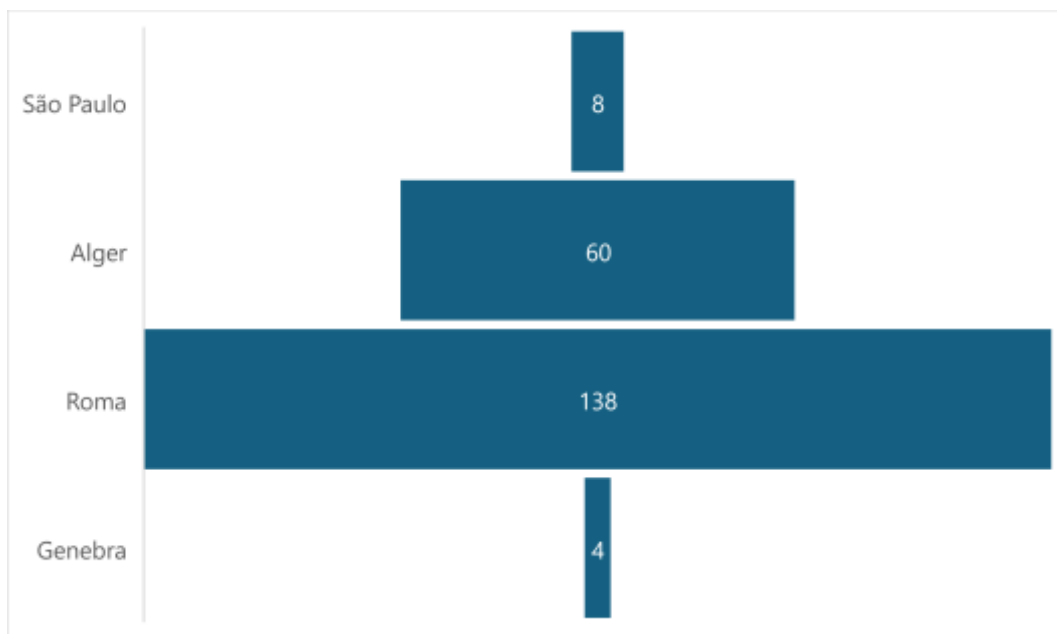
Fonte: Elaboração própria.

Para Tito de Morais, ao contrário de Ramos da Costa que teve, ao longo dos anos, uma base estável em França, os locais de escrita foram variados. As condições económicas por vezes difíceis em que vivia não facilitavam a tarefa de se estabelecer a si e à sua família num sítio permanentemente. Essa segurança veio apenas mais tarde, a partir de 1966, quando se muda para Roma para orquestrar a empreitada do *Portugal Socialista* com a ajuda do Partido Socialista Italiano. Até então, escreveu a partir de São Paulo (1962), Argel (1962-1966) e depois Roma (1966-1974), onde encontra estabilidade.

É possível fazer uma contagem de quantas cartas escreveu em cada localidade: em São Paulo, 8; em Argel, 60; em Roma, 138; e em Genebra, 4 (cartas, sobretudo, enviadas após

reuniões com os seus camaradas Ramos da Costa e Mário Soares, em Genebra, onde se encontravam para conversar).

Figura 2. Locais de escrita de Manuel Tito de Morais (1962-1974)



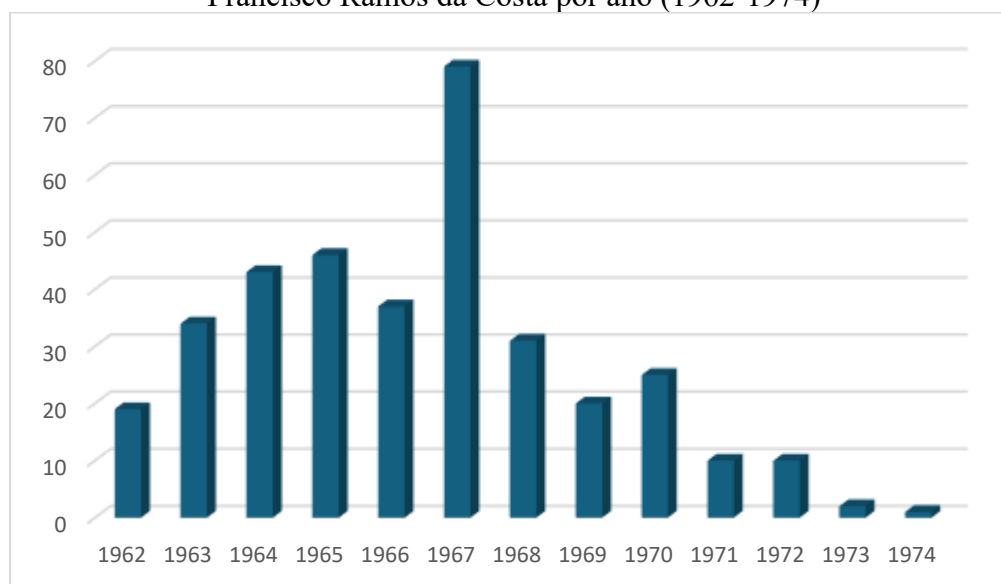
Fonte: Elaboração própria.

É ainda relevante perceber quais foram os anos de escrita epistolar mais intensos para perceber se existe alguma relação entre eventos em particular e esses mesmos anos de troca de correspondência. A partir do que é possível aferir, os anos de 1965 e 1967 foram os que mais cartas viram atravessar fronteiras. Em 1965, foram trocadas 46 missivas; e em 1967, um total de 79. A correlação entre uma escrita mais dedicada e estes anos em específico parece clara: 1965 foi um ano de eleições em Portugal e 1967 foi o ano em que o *Portugal Socialista*, jornal da Acção Socialista Portuguesa, foi fundado, a partir de Itália.

Em outros anos, a “distribuição” de cartas enviadas foi: 1962, 19; 1963, 34; 1964, 43; 1965, 46; 1966, 37; 1968, 31; 1969, 20; 1970, 25; 1971, 10; 1972, 10; 1973, 2; 1974, 1.

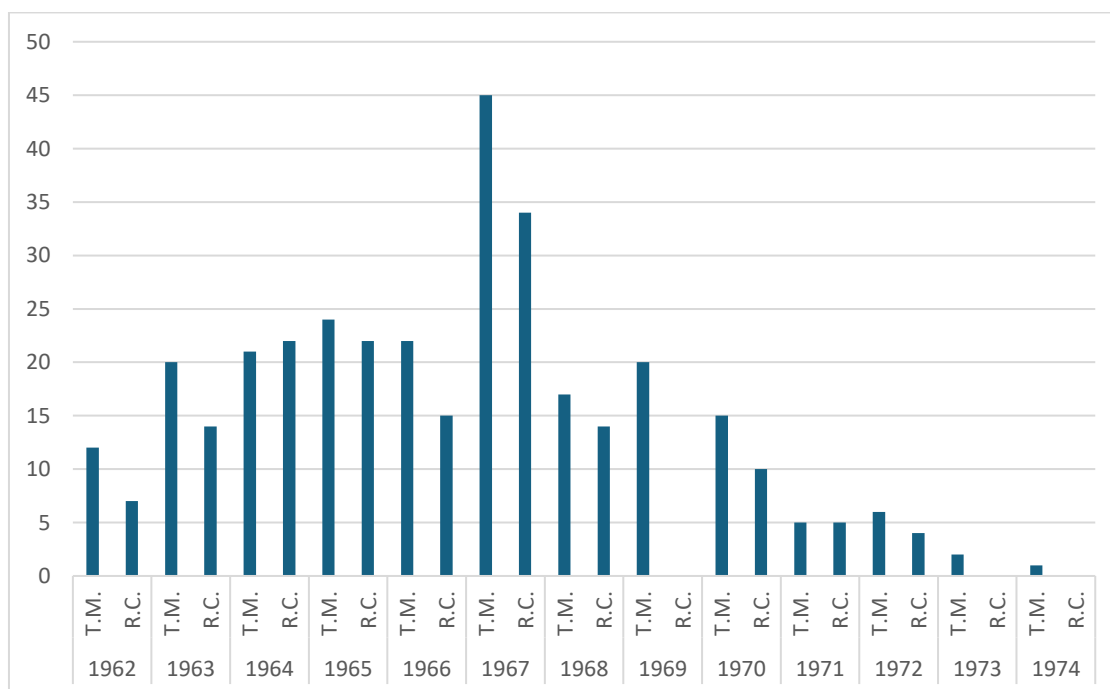
Em apenas um destes anos, 1964, Francisco Ramos da Costa conseguiu superar, em quantidade, a produção profusa de Manuel Tito de Morais. Neste ano, Ramos da Costa escreveu 22 cartas enquanto Tito de Morais redigiu 21. Em todos os outros anos aqui estudados, Tito de Morais revelou uma aptidão e energia particulares para a escrita de cartas.

Figura 3. Número de cartas trocadas entre Manuel Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa por ano (1962-1974)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4. Número de cartas escritas por cada missivista



Fonte: Elaboração própria.

Em seis anos dos doze em estudo, Tito de Morais alcançou ou superou a marca das 20 cartas enviadas para Ramos da Costa: 1963, 20; 1964, 21; 1965, 24; 1966, 22; 1967, 45; 1969, 20.

Ramos da Costa, por sua vez, escreveu, em cada ano, respetivamente: 1962, 7; 1963, 14; 1964, 22; 1965, 22; 1966, 15; 1967, 34; 1968, 14; 1969, 0 (certamente que escreveu mais cartas, porém não estão no conjunto documental reunido); 1970, 10; 1971, 5; 1972, 4; e 1973 e 1974, 0 (novamente, a mesma razão já mencionada justifica esta ausência).

Figura 5. Representação dos locais de escrita de cada autor e respetivo país onde escreviam e recebiam as missivas que trocavam



Fonte: elaboração própria.

Para além da troca de correspondência, esta rede clandestina socialista ganhava também materialidade com as viagens que estes dois militantes da ASP e fundadores do Partido Socialista faziam. Numa carta de 15 de novembro de 1972, Tito de Morais escreve a Ramos da Costa para dar conta das suas despesas das várias viagens que fez em visita aos núcleos da Acção Socialista Portuguesa:

Despesas na Suíça: 1.500,20 FS
 Despesas na Itália: 40.330 liras, 270, 60 FS
 Despesas na Suécia: 163.70 KS, 134, 60 FS
 Despesas na Alemanha: 598.94 DM, 719, 45 FS
 Despesas na Inglaterra: 31, 91 Libras, 311, 40 FS (Tito de Morais, Roma, 15 de novembro de 1972).

Nesta viagem, amplamente retratada na folha de despesas que Tito de Morais apresenta, o mesmo passou por regiões como Genebra (Suíça), Malmö (Suécia), Estocolmo (Suécia), Frankfurt (Alemanha), Osnabrücke (Alemanha), Burscheid (Alemanha), Wermelskirchen

Estando descrita a malha humana de resistentes residentes em Portugal, urge dar um salto a França, mais concretamente a Paris, para dar nota da localização – para além de Ramos da Costa, já dada a conhecer – de Coimbra Martins, Fernando Loureiro e Mário Soares (este a partir de 1970). Em Londres, a ASP ganhava apoio com a presença de Alberto Lagoa, Pedro Monjardino e Vasco Martins. Ainda no contexto europeu, esta rede de opositores ao regime na clandestinidade marcava presença na Suíça, mais concretamente, em Lausanne, não só pelas reuniões que Tito Morais, Ramos da Costa e Mário Soares aqui faziam, mas também pelas residências de Brito Paiva e Eurico Figueiredo; De igual modo em Espanha, com a representação de Teófilo dos Santos; em Wetter, na Alemanha, onde estava Américo Luís Gonçalves; em Lund (Suécia), com Rui Mateus, e, por fim, em Roma, cidade onde Tito de Morais acabou por se estabelecer, encontrava-se Mário Ruivo. No plano não-europeu, é possível, desde logo, e previsivelmente, marcar Argel como um local de ação da ASP, através de Manuel Sertório (em 1964, Sertório estava em São Paulo) e Fernando Piteira Santos. Resta então mencionar o exílio de Soares em São Tomé e Príncipe no ano de 1969. Desta lista de localizados ficaram de fora, por impossibilidade de rigorosamente os situar, Augusto da Costa, Dionísio dos Santos, Francisco Veloso e Rogério Fernandes.

Figura 7. Distribuição de alguns dos militantes da Acção Socialista Portuguesa no exílio



Fonte: Elaboração própria.

É curioso ver que, ao cruzar informação das figuras 6 e 7, existem regiões que se repetem em ambos os casos, isto é, tanto nas viagens de Tito de Moraes aos núcleos da ASP em 1972 e as regiões por onde a rede de resistência se prolongava desde 1962: Inglaterra, Alemanha, Suíça, Itália, Suécia. Todos estes países (importa notar para que não se julgue que é mera coincidência) têm, no seu espectro político, partidos da família socialista democrática ou social-democrata, que é, por inerência, a família do Partido Socialista português: *Labour Party* (Partido dos Trabalhadores), SPD – *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (Partido Social Democrata da Alemanha), Partido Social Democrata da Suíça, *Partito Socialista Italiano* (Partido Socialista Italiano), e o *Sveriges Socialdemokratiska Arbetareparti* (Partido Operário Social-Democrata da Suécia).

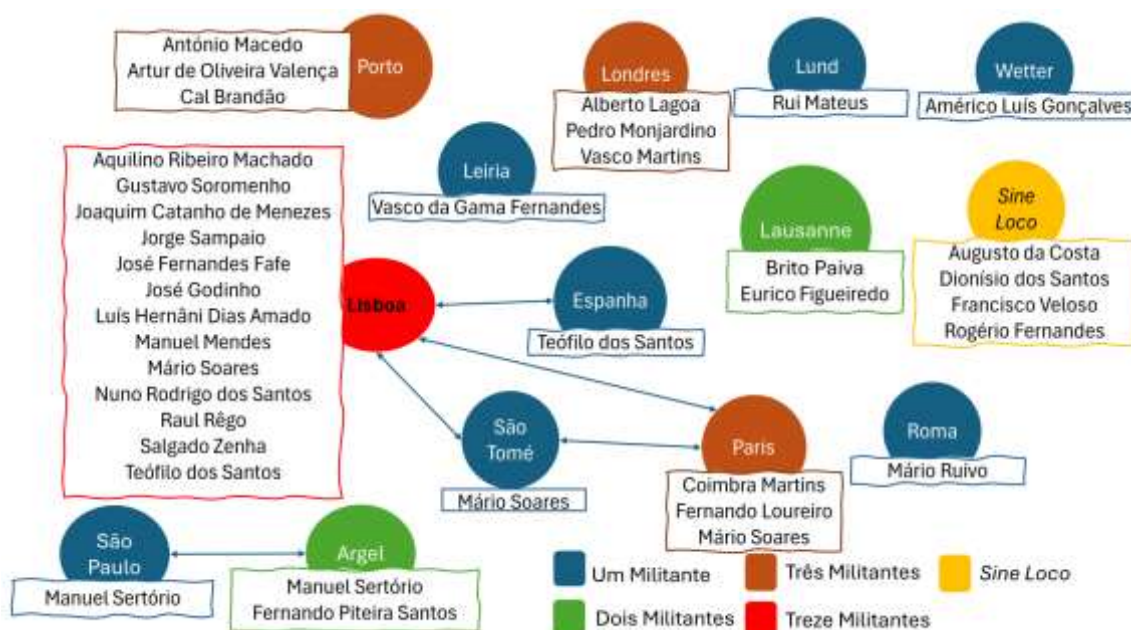
Tabela 1. Nomes, datas e localizações de alguns dos militantes ASP

Nome	Ano (s) em que é mencionado	Localização
Alberto Lagoa	1967	Londres
António Macedo	1963/1966/	Porto
Aquilino Ribeiro Machado	1967	Lisboa
Augusto da Costa	1967	
Brito Paiva	1967/1968	Lausanne
Cal Brandão	1963/1964/1966/1968/1969/1970	Porto
Coimbra Martins	1967	Paris
Luís Hernâni Dias Amado	1963	Lisboa
Dionísio dos Santos	1968/1969	
Eurico Figueiredo	1967	Lausanne
Fernando Loureiro	1965/1969	Paris
Francisco Veloso	1969	
Américo Luís Gonçalves	1970/1972	Wetter
Gustavo Soromenho	1962/1964	Lisboa
Joaquim Catanho de Menezes	1970	Lisboa
Jorge Sampaio	1967	Lisboa
José Fernandes Fafe	1964/1967	Lisboa
José Godinho	1963/1968	Lisboa
Manuel Mendes	1964/1965/1967	Lisboa
Manuel Sertório	1964/1968	1964- São Paulo e 1968 - Argélia
Mário Ruivo	1963/ 1964/ 1965/1966/1967/ 1969	Roma
Mário Soares	1962/1963/1964/1965/1966/1967 /1968/1969/ 1971/1972/1973/1974	Até 1968 - Lisboa 1968 – São Tomé 1969 - Lisboa A partir de 1970 – Paris

Nuno Rodrigo dos Santos	1963	Lisboa
Artur de Oliveira Valença	1963	Porto
Pedro Monjardino	1968	Londres
Fernando Piteira Santos	1968	Argel
Raul Rêgo	1969	Lisboa
Rogério Fernandes	1967	
Rui Mateus	1970	Lund
Salgado Zenha	1962/1966/ 1968/ 1969/ 1970	Lisboa
Teófilo dos Santos	1963/1964/1965	Lisboa 1965 – Estadia em Espanha
Vasco da Gama Fernandes	1966/1967/1969/1970	Leiria
Vasco Martins	1967/1968/1970	Londres

Fonte: Elaboração própria.

Figura 8. Representação esquemática do exílio dos socialistas na oposição ao Estado Novo



Fonte: Elaboração própria.

Conclusão

Por fim, apresentam-se as principais conclusões, de modo a responder à pergunta de partida - *Como elaborar uma cartografia do exílio a partir da correspondência trocada entre Manuel Alfredo Tito de Moraes e Francisco Ramos da Costa entre 1962 e 1974?*

Em primeiro lugar, com a análise da literatura científica, é possível melhor compreender o papel da ação humana no espaço (SEEMANN, 2001) e a forma como a cultura, produzida

pelo agente humano, é o principal fator de transformação da paisagem e do espaço (SAUER, 1925). Entendendo, em conjunto com este conhecimento, que, precisamente por podermos considerar a liberdade como uma ação mais do que como um mero conceito (FOUCAULT, 1984), é plausível adotar a ideia de Certeau quando afirma que o espaço é uma prática (CERTEAU, 1984) e aplicá-la à rede clandestina criada pela oposição socialista ao Estado Novo a partir do estabelecimento de redes de troca de informação através do envio e recebimento de missivas de várias zonas do mundo. Esta forma de escapar à lei ditatorial, que oprimia a liberdade de expressão e a liberdade política em Portugal, constitui uma nova significação do espaço, dando-lhe um caráter de resistência perante um Estado autoritário. As cartas escritas a partir de São Paulo, Argel, Roma, algumas em Genebra, e Paris são um exemplo de como a escrita de cartas teve um poder transformativo no que diz respeito aos desenvolvimentos ligados à luta clandestina por um regime democrático em Portugal. Para além disso, as visitas aos núcleos da Acção Socialista e o diálogo mantido também através dos próprios missivistas comprovam que a ligação emocional criada pela escrita epistolar esteve presente e ajudou a organizar e a estruturar o movimento político denominado por ASP – Acção Socialista Portuguesa, semente do que veio a ser o Partido Socialista em Portugal, partido fundador da democracia portuguesa. Os dados recolhidos através das cartas permitem desenvolver representações gráficas e mapas que alinham com a ideia de Seemann (2010) de uma cartografia capaz de ser também resistência e “contra-mapear” (SEEMANN, 2010) aquilo que podia ser uma representação do espaço excessivamente alinhada com um desconhecimento acerca destas novas fontes que possibilitam uma nova interpretação da História da resistência política portuguesa ao Estado Novo durante este período.

Referências

Fontes

Associação Tito de Morais

Manuel Alfredo Tito Morais (F) – Correspondência com Francisco Ramos da Costa (1962-1974). Disponível parcialmente em espolio.titomorais.pt/#/

[Após a sua transcrição, a documentação encontra-se em incorporação no Arquivo Nacional Torre do Tombo, desde 5 de junho de 2024; também se encontra em preparação uma edição das 358 cartas trocadas entre Manuel Alfredo Tito Morais e Francisco Ramos da Costa pelos autores do presente estudo.]

Bibliografia

- ACSELDRAD, H. (Ed.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- ALEGRE, M. *Nambuangongo, meu amor: os poemas da guerra*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- ALMEIDA, M. G. D.; VARGAS, M. A. M. & MENDES, G. F. Territórios, Paisagens e Representações: Um diálogo em construção. *Mercator*, Fortaleza, 10 (22), 23–35, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/RM2011.1022.0002>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- ARCILA GARRIDO, M. & LÓPEZ SÁNCHEZ, J. A. La cartografía cultural como instrumento para la planificación y gestión cultural. Una perspectiva geográfica. *Periférica Internacional. Revista para el análisis de la cultura y el territorio*, Cádiz, 12, Artigo 12, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.25267/Periferica.2011.i12.01>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- CABEÇA, S. M. Cultural Mapping: A Sustainable Methodology for Intangible Cultural Heritage. *MEMORIAMEDIA Review, Alenquer*, 3. Art. 5, 2018. Disponível em: https://memoriamedia.net/pdfarticles/PT_REVISTAMEMORIAMEDIA_Mapeamento_C
- CERTEAU, M. de. *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- COSTA, F. R. da; LIMA, F. de A. F. A linguagem cartográfica e o ensino-aprendizagem da Geografia: algumas reflexões. *Geografia Ensino & Pesquisa*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 105-116, 2012. <https://doi.org/10.5902/223649947338>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7338>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- DUXBURY, N.; GARRETT-PETTS, W. F. & MACLENNAN, D. (Eds.). *Cultural Mapping as Cultural Inquiry*. New York: Routledge, 2015.
- EDNEY, M. H. *Cartography: The Ideal and Its History*. Chicago/London: University of Chicago Press, 2019. Disponível em: <https://press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/C/bo34094164.html>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- FIALHO, D. M. *Arte e Cartografia: I Seminário Arte e Cidade*. . Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.
- FOUCAULT, M. *The Foucault Reader* (P. Rabinow, Ed.). New York: Pantheon Books, 1984.
- GEDEÃO, A. *Poesias completas: 1956-1967*. 5 ed. Lisboa: Portugal. 1975.
- HALL, S. (Ed.). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: SAGE Publications, 1997.
- HARLEY, J. B. Cartography, Ethics and Social Theory. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, Toronto, 27(2), 1–23, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/C211-1512-0603-XJ14>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- HARLEY, J. B.; LAXTON, P. & ANDREWS, J. H. *The New Nature of Maps*. s. Baltimore (Maryland): Johns Hopkins University Press, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.56021/9780801865664>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- LETRIA, J. J. *A canção política em Portugal*. 2 ed. Lisboa: Ulmeiro, 1999.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. 7 ed. V. II: Das Revoluções Liberais aos nossos dias. Lisboa: Palas Editores, 1977.
- MATTOSO, J. *A Escrita da História*. Lisboa: Temas e Debates, 2019.
- MONASTA, A. (Ed.). *Antonio Gramsci*. Lisboa: Editora Massangana, 2010.
- MOUTINHO, J. V. (Org.). *Cancioneiro de Abril*. Ulmeiro, 1999.
- ROSAS, F. O salazarismo e o homem novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, Lisboa, 35 (157), 1031–1054, 2001.
- ROSAS, F. *Salazar e o poder: A arte de saber durar* (Edição de bolso). Lisboa: Tinta-da-China, 2012.
- SANTOS, A. C. *Proibido!* 5 ed. Lisboa: Guerra & Paz, 2007.

SAUER, C. O. The Morphology of Landscape. In: *Land and Life*. Berkeley: University of California Press, 2020 [1925], p. 315–350. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/9780520309135-017>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SEEMANN, J. “Cartografia Cultural” na Geografia Cultural: Entre Mapas da Cultura e a Cultura dos Mapas. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, 21 (2), Artigo 2, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/bgg.v21i2.4214>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SEEMANN, J. Cartografia e cultura: Abordagens para a geografia cultural. In: Rosendahl, Zeny; CORREA, Roberto Lobato (Org.). *Temas e caminhos da cartografia cultural*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, v. 1, p. 115-156. Disponível em: https://www.academia.edu/904840/Cartografia_e_cultura_abordagens_para_a_geografia_cultural. Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVA, C. G. Da. Investigação documental. In: GONÇALVES, S. P.; GONÇALVES, J. P. & MARQUES, C. P. (Coord.). *Manual de investigação qualitativa: Conceção, análise e aplicações*. Lisboa: Pactor, 2021, p. 103-123.

STEWART, S. *Cultural Mapping Toolkit*. Creative City Network of Canada. Vancouver: Legacies Now, 2007. Disponível em: https://www.saskculture.ca/content/grant_application_files/cultural_mapping_toolkit.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

SOUZA, E. G. de; BLANCO, L. de S. & BRASIL, G. A. L. Livros, Leitura e Cidadania: Cartografia Cultural de uma Cidade. *PontodeAcesso*, Salvador, 14 (1), Artigo 1, 2020.

STAVRIDES, S. *Espaço Comum*. Lisboa: Orfeu Negro, 2021.

TENGARRINHA, J. (Ed.). *História de Portugal*. São Paulo: Instituto Camões, UNESP, EDUSC, 2000.

VILELAS, J. *Investigação: O processo de construção do conhecimento*. 3 ed. rev. e aumentada. Lisboa: Sílabo, 2020.